

HABITAÇÃO



Social Famílias que ficaram sem casa vivem com filhos em quartos pequenos e sem cozinha. Número quase triplicou em cinco anos

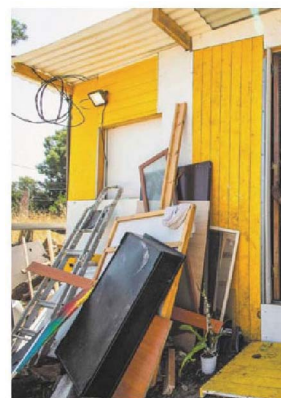
Mais de três mil desalojados foram enviados para pensões

Textos **HELENA BENTO**
Fotos **ANA BAIÃO**

Aconteceu tudo tão depressa que Sandra só teve tempo de agarrar em algumas peças de roupa, produtos de higiene e toalhas antes de sair de casa. Tudo o resto ficou para trás. Nos dias seguintes voltou para resgatar o que pôde. Parte da roupa ficou em casa de vizinhas e alguns móveis e eletrodomésticos foram levados para um armazém alugado. “Guardei o que consegui para quando tiver uma casa.”

Sandra Semedo, 40 anos, nascida em Portugal e filha de cabo-verdianos, vivia num T2 em Odivelas com os filhos de 2, 5, 8 e 19 anos. A certa altura adoeceu, ficou de baixa e deixou de conseguir pagar a renda de €550. O senhorio avisou que não renovaria o contrato. Quando recebeu a ordem de despejo, procurou ajuda junto dos serviços sociais da autarquia. Mas a resposta não foi a que esperava: disseram-lhe que, se não houvesse lugar para todos num centro de acolhimento de emergência, a família seria separada. Só no dia em que ficou sem teto, e com o apoio do movimento Vida Justa, lhe foi apresentada uma solução que permitia manter todos juntos: uma pensão na Amadora, onde está há três meses.

Como Sandra, muitas famílias com filhos menores vivem em pensões. Algumas ficaram desalojadas



após demolições em bairros; outras foram afastadas do mercado pelo aumento dramático das rendas, apesar de trabalharem. Sem apoio familiar e com os centros de acolhimento cheios ou pouco adequados, acabaram em pensões ou residenciais, pagas pelo Instituto da Segurança Social, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou, em algumas situações, pelas autarquias. “Recorrer a estas estruturas não pode ser visto como uma resposta social. É sempre a última solução”, explica Maria Inês Amaro, ex-dirigente da Segurança Social e professora no ISCTE (ver entrevista ao lado).

Mas o alojamento em unidades hoteleiras tem crescido todos os anos. Segundo dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segu-

ID: 119202933

19-09-2025



Sandra Semedo e os filhos de 2, 5, 8 e 19 anos, numa pensão na Amadora. Em baixo, "Ana", que voltou para o Bairro de Santa Marta do Pinhal, no Seixal, depois de viver em pensões

fazem as refeições: comem de pé, sentados no chão ou em cima das camas, com uma tigela no colo, servindo-se de frango assado ou outra refeição comprada em restaurantes das redondezas e pousada nas mesas de cabeceira, transformadas em mesas de jantar. Depois, os pratos e talheres são lavados na casa de banho comum de cada piso. "Já lá vi baratas e por vezes cheira mal", descreve. Os filhos partilham esse espaço com adultos que nunca viram na vida.

Sandra não pode cozinhar na pensão. Há a alternativa de levantar refeições num centro social em Odivelas, mas a viagem demora quase uma hora em autocarros. Muitas vezes, quando regressa, a comida "já está azeda" ou acaba por se estragar. Sem frigorífico no quarto, nada se conserva. "Desde que vim para aqui nunca mais tive um dia normal", desabafa. Os filhos têm saudades de casa e perguntam quando poderão voltar. Os mais novos choram, fazem birras e pedem a comida da mãe. "A minha vida nunca foi fácil, mas agora está pior do que alguma vez esteve. Tento ter força pelos meus filhos, mas sinto-me muito em baixo."

As condições nas pensões variam: em algumas não é possível cozinhar, noutras há acesso a uma copa; umas oferecem apenas pequeno-almoço, outras pensão completa. Procura-se assegurar "condições dignas", mas nem sempre acontece, admite Maria Inês Amaro, recordando, por exemplo, pragas de percevejos. "Pessoas que já estão a tentar sobreviver são colocadas em contextos que agravam ainda mais as suas dificuldades." O Ministério do Trabalho afirma que as unidades hoteleiras "tentam adequar-se às necessidades das famílias e podem ser complementadas com apoios, como alimentação, através da rede de parceiros sociais".

"Medo" dos serviços

A distância entre as unidades hoteleiras e os locais de vida das famílias também é um problema. "Evita-se ao máximo que fiquem longe, mas pode acontecer que uma pessoa do Porto seja encaminhada para Beja por não haver outra alternativa", diz Maria Inês Amaro, sublinhando os impactos: "Os próprios serviços colocam estas pessoas num stresse permanente, em que a pouca energia que lhes resta é consumida em decisões como onde comer ou dormir. Todos os dias lutam para sobreviver." Essa pressão tem outro efeito: muitas famílias acabam por ganhar "medo" dos próprios serviços. "Mais vezes do que seria aceitável, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é usada como ameaça de retirada dos filhos às mães", lamenta a ex-dirigente. Rita Silva, investigadora e ativista no Vida Justa, acrescenta que, sem alternativas para oferecer, há assistentes sociais "que reconhecem essas limitações e outras que assumem uma postura de controlo, culpando as mães pela falta de soluções". Algumas famílias contactadas pelo Expresso recusaram falar por temer represálias.

O único contacto que Sandra mantém com a autarquia é através de uma técnica. Mas a ajuda, conta, resume-se a *links* enviados por WhatsApp para casas de €900 ou mais e a uma "pressão constante" para encontrar casa. A câmara promete pagar a caução e o primeiro mês, mas e depois? "Estou de mãos

atadas", confessa. Gostava de voltar a trabalhar, mas as rotinas tornam isso quase impossível: só para levar os filhos à escola e trazê-los de volta passa quase quatro horas por dia em autocarros. "O acolhimento em pensões não é a solução ideal e altera por completo a rotina das famílias. Muitas vezes as crianças não têm onde estudar, dormir bem, brincar, convidar amigos ou ter privacidade", diz uma assistente social de uma câmara da Área Metropolitana de Lisboa, que pediu para não ser identificada. Ainda assim, "quando surge uma família com menores que teria de dormir no carro, a pensão é o único 'sim' imediato que evita o agravamento do sofrimento", garantindo "alguma dignidade". "Sinto-me muitas vezes entre a espada e a parede: ou protejo no imediato ou arrisco esperar por uma solução que nunca chega ou demora a chegar. O alojamento em pensão é um alívio técnico, mas um desconforto ético", admite.

Três anos numa pensão

Na teoria, as pensões deveriam ser apenas uma solução de dias, mas, por falta de alternativas, a permanência muitas vezes prolonga-se, segundo Rita Silva. "Há pessoas que ficam dois, três anos." Ana Paula, 40 anos, mãe de quatro filhos — um bebé de 5 meses e três raparigas de 5, 10 e 19 anos — viveu cerca de um ano numa pensão em Lisboa, depois de a casa onde residia, no Bairro do Talude, em Loures, ter sido demolida em 2024. O seu nome tornou-se conhecido há alguns meses quando denunciou "ameaças" de assistentes sociais, incluindo a retirada dos filhos, por não conseguir aceder a uma habitação. Na pensão não podia cozinhar. Comprava refeições em supermercados, pão, frango ou salsichas, salada, sumos, e só na alimentação da família gastava cerca de €65 por dia.

No início de setembro foi transferida para um centro de alojamento temporário. Ali tem as refeições asseguradas, mas está mais longe do lar de idosos onde trabalha. Recentemente surgiu um novo problema: uma praga de percevejos no quarto que ocupam no centro, detetada depois de os filhos aparecerem com marcas visíveis de picadas. A desinfestação será feita em breve, tendo a família sido transferida novamente para a pensão onde estava antes. Ana Paula tem tentado arrendar casa, mas os preços estão muito acima do que pode pagar. Mesmo quando encontra uma opção viável, acontece frequentemente que ninguém lhe responde aos *e-mails* ou, quando consegue falar com alguém, basta dizer que é uma mãe com quatro filhos para desligarem de imediato a chamada.

As pensões para onde famílias desalojadas são encaminhadas são quase sempre as mesmas e por isso os problemas repetem-se. Manuel do Rosário e a mulher estão há cerca de um mês numa pensão — a mesma de Sandra Semedo, na Amadora — com as filhas gémeas de quatro anos, uma delas com paralisia cerebral, depois de a autarquia ter demolido a casa onde viviam, no Talude, em julho deste ano. Mas recentemente voltaram a erguer uma pequena

estrutura no bairro, onde guardam roupa, mas também comida, um fogão e uma geleira. Várias vezes por semana a mulher de Manuel leva as filhas para lá e cozinha as refeições da família. Ao fim do dia, depois do trabalho, o marido junta-se a elas e regressam à pensão, levando o jantar para comer no quarto onde dormem. "Puseram-nos na pensão ao 'deus-dará', sem acompanhamento. Tem sido um sofrimento muito grande. Se não conseguirmos em breve uma casa que eu possa pagar, provavelmente voltaremos para o bairro", diz Manuel.

Voltar para o bairro

Há quem acabe mesmo por regressar. Ana (nome fictício), 36 anos e natural de São Tomé, passou com o filho de dois anos e o marido por três pensões em apenas quatro meses. Dois dias numa, uma semana noutra, três meses na última. Tudo depois de a sua habitação, no Bairro de Santa Marta do Pinhal, no Seixal, ter sido demolida, assim como outras, em outubro do ano passado. "É como estar numa cadeia com a porta aberta. Há horários de entrada que tornam impossível conciliar com trabalhos que acabam à meia-noite ou mais tarde." Na última pensão as condições eram melhores: podia cozinhar e lavar a roupa, "fazer tudo como se fosse uma vida normal". Mas essa normalidade era apenas aparente. "Vive-se com a preocupação constante de que, a qualquer momento, te vão ligar a dizer que tens de abandonar a pensão. Hoje está num sítio, amanhã noutra, e a dada altura já nem sabes onde vais parar. Essa instabilidade cria trauma."

E foi o que acabou por acontecer. A certa altura, a câmara disse-lhe que tinha de sair da pensão e encontrar uma casa. Pagavam a caução e o primeiro mês de renda. Era isso ou nada. A família foi viver para um quarto num apartamento partilhado. Dois meses depois tiveram de sair. Ana não conseguia continuar a pagar a renda. Fazia apenas "bis-cates" e o marido, com 50 anos e problemas físicos, já não trabalha. Acabou por regressar ao bairro e erguer outra barraca, que ainda não está pronta. Tem andado a juntar tábuas e restos de móveis e de armários, empilhados no exterior, para acabar de forrar as paredes e o teto de chapa metálica antes que cheguem dias mais frios. O chão é em terra batida, coberto com tapetes e tapetes gastos. Teme que voltem a demolir-lhe a casa, pois não teria para onde ir. Trabalha a cuidar de idosos ao domicílio, mas os turnos são poucos e mal pagos: €4,50 ou €6 à hora, consoante a empresa que a contrata. Nem chega ao salário mínimo. "Não vale a pena demolir se não têm como ajudar as pessoas a saírem do problema."

Era quase meia-noite quando Sandra recebeu a notícia: teria de deixar a pensão até ao meio-dia do dia seguinte, 6 de agosto. O acordo com a Segurança Social terminara e seria encaminhada para um centro de acolhimento gerido pela associação Vitae. Passara uma semana desde que falara com o Expresso. Menos de um mês depois voltou a mudar, desta vez para uma residencial em Loures, com melhores condições: pode cozinhar e tem transportes mais acessíveis. A estada é paga pela associação, "através de um apoio ao abrigo da lei do mecenato", explica a presidente, Sónia Ferreira Gonçalves. Mas a ajuda cobre apenas três meses. O que acontecerá depois ninguém sabe. "Faremos todos os possíveis para apoiar, mas o financiamento terá de ser articulado com a autarquia de Odivelas para garantir estabilidade habitacional", acrescenta.

hrbento@expresso.imprensa.pt

QUATRO PERGUNTAS A

Maria Inês Amaro

Ex-diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, e professora e investigadora no ISCTE

■ Em que circunstâncias se recorre a pensões e outras unidades hoteleiras?

■ O recurso a unidades hoteleiras nunca pode ser visto como uma resposta social. É sempre uma medida de último recurso, quando todas as outras alternativas estão esgotadas e é urgente encontrar uma solução imediata. O Instituto da Segurança Social tem protocolos em todo o país com várias unidades hoteleiras. Também diversos municípios recorrem neste tipo de solução e, em Lisboa, essa função cabe à Santa Casa da Misericórdia.

■ Quais são os grupos prioritários para acolhimento?

■ A prioridade vai sempre para as situações de maior vulnerabilidade: crianças, mães com filhos, mulheres grávidas, pessoas idosas, vítimas de violência doméstica e quem apresente problemas físicos ou mentais.

■ O que pensa sobre esta resposta?

■ As unidades hoteleiras diferem entre si e oferecem serviços distintos, consoante o que já disponibilizam e a avaliação feita pela Segurança Social sobre as necessidades da pessoa. Em alguns casos, pode ser fundamental garantir pensão completa. Mas, na minha opinião, tudo isto é desastroso, porque muitas vezes há uma recusa dos poderes públicos em olhar de forma integral para a emergência social e para os públicos que nela se encontram, aqueles a que Pierre Bourdieu chamava "a miséria do mundo". São pessoas que perderam todas as redes e ficaram presas neste círculo vicioso da emergência social, sem tempo nem energia para reconstruir a vida.

■ O que deveria ser feito?

■ A política pública não tem encarado este problema com seriedade. Não se justifica que ainda não exista uma rede sólida de centros de alojamento urgente e temporário. Isso evitaria o recurso às unidades hoteleiras, garantiria às pessoas um lugar digno e permitiria trabalhar a transição até ao acesso à habitação. Quando surgem construções ilegais, as autarquias devem intervir, mas ao travar o crescimento, devem oferecer soluções concretas, construídas com os moradores e não contra eles. Falo em soluções que não desresponsabilizem as pessoas, mas criem condições para reconstruírem as suas vidas, em vez de ficarem presas a um ciclo de sobrevivência kafkiana. Independentemente da legitimidade das ocupações, não podemos esquecer que estas pessoas estão apenas a tentar responder a uma necessidade básica: ter uma casa.



rança Social, o número de pessoas acolhidas passou de 1226 em 2020 para 3164 em 2024. Os números incluem adultos e crianças. Só nos primeiros seis meses deste ano já foram encaminhadas 1499 pessoas, o que representa uma média de cerca de 250 por mês.

A vida de Sandra mudou totalmente desde que foi para a pensão. A família vive agora confinada a dois quartos, cada um com três camas, uma televisão e um roupeiro. Parte da roupa continua em malas por não haver onde arrumar. É ali que dormem e passam parte do tempo, aborrecendo-se por não terem com que se entreter. Na pressa da mudança, Sandra nem conseguiu trazer os brinquedos das crianças. Mas é também ali, nos quartos, que

"A MINHA VIDA ESTÁ PIOR DO QUE ALGUMA VEZ ESTEVE. TENTO TER FORÇA PELOS MEUS FILHOS, MAS É DIFÍCIL", DIZ SANDRA SEMEDO

ID: 119202933

19-09-2025

Três mil
desalojados
enviados
para
pensões P20